"Dois mais dois, quatro! três veis seis, dezoito!": Representações da escola em *História da minha infância*

Luiz Eduardo Oliveira *
*Kate Constantino Oliveira***

"Two plus two, four! Three times six, eighteen!": Representations of schooling in *História da minha infância*

Resumo

Algumas representações da escola e da escolarização, bem como de alguns aspectos da história da educação em Sergipe, podem ser vislumbrados em *História da minha infância* (1954), de Gilberto Amado (1887-1969). Escrito em Paris (1952) e no Rio de Janeiro (1953), o livro tem a sua gênese contada em seu último capítulo, "Adolescência", em meio a reflexões do autor quanto à sua produção ensaística, realizada, como seus romances, memórias e poesias, nos intervalos de sua atribulada carreira de jornalista, político e diplomata. Este artigo busca investigar os modos pelos quais a educação era vista e concebida pelo intelectual sergipano, tanto a partir de suas referências históricas quanto em sua própria estrutura textual.

Palavras-chave: Escolarização. Gilberto Amado. História da educação.

Abstract

Some representations of school and schooling, as well as of some aspects of the history of education in Sergipe, can be grasped in *História da minha infância* (1954), by Gilberto Amado (1887-1969). Written in Paris (1952) and in Rio de Janeiro (1953), the book has its genesis narrated in its last chapter, "Adolescência", in the middle of reflections of the author on his essays, produced, like his novels, memoirs and poetry, in the intervals of his troubled career of journalist, politician and diplomat. This article searches to investigate the ways through which education was seen and conceived by the intelectual from Sergipe, from his historical references, as well as from the textual structure itself.

Keywords: Schooling. Gilberto Amado. History of education.

* Professor Titular do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

** Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES.

Introdução

Gilberto de Lima Azevedo Sousa Ferreira Amado de Faria (1887-1969) foi advogado, diplomata, jurisconsulto, escritor, jornalista e político, tendo sido também membro da Academia Brasileira de Letras a partir de 1963. Irmão do também imortal da ABL Genolino Amado (1902-1989) e primo do célebre escritor baiano Jorge Amado (1912-2001), podemos dizer que pertence a uma família de escritores. Após conclusão do bacharelado em direito em 1909, tornou-se catedrático de Direito Penal (1911-1930). Em 1910 transferiu-se para o Rio de Janeiro, iniciando a sua colaboração no *Jornal do Commercio*. Depois passou a assinar uma coluna semanal n'*O País*. Em 1912, realizou sua primeira viagem à Europa, tema de um de seus livros de memórias, e em 1923 foi feito Oficial da Ordem Militar de Sant'lago da Espada de Portugal. Já em 1915, elegeu-se Deputado Federal por Sergipe. Nos últimos anos da República Velha, exerceu mandato no Senado, encerrando sua carreira política com o golpe, ou "revolução", de 1930. Sintomaticamente, dois anos depois publicou *Eleição e representação*. Nesse período, voltou a exercer o magistério superior na Faculdade de Direito do Distrito Federal, iniciando um período fértil de estudos e publicações – publicou um total de 17 livros, entre memórias, crônicas, ensaios e poesias.

Um episódio controverso de sua biografia diz respeito ao assassinato de Aníbal Teófilo, em 19 de junho de 1915, na cidade do Rio de Janeiro. No final da cerimônia de inauguração da Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, criada por Olavo Bilac e sediada no prédio do *Jornal do Commercio*, os conferencistas Gilberto Amado e o poeta Aníbal Teófilo (1873-1915), autor de *Rimas* (1911), se desentenderam por causa de algumas críticas jornalísticas de Gilberto a amigos escritores de Aníbal. O portal de notícias online *O Povo*, publicou na edição de 17 de junho de 2015 uma matéria assinada por Sânzio de Azevedo[1] em homenagem ao centenário do assassinato de Aníbal Teófilo. No texto, o autor relembra que, a 20 de junho de 1915, o jornal *A Época*, do Rio de Janeiro, informava que "À saída de uma festa literária, o deputado Gilberto Amado mata, a tiros de pistola, o poeta Aníbal Teófilo". O fato havia ocorrido no dia anterior. À época, Gilberto era deputado por Sergipe e já havia publicado seu primeiro livro, *A Chave de Salomão* (1914), enquanto Aníbal, membro da chamada "roda de Bilac", era o famoso autor do soneto *A Cegonha*, que figurou nos *Sonetos Brasileiros* (1904), de Laudelino Freire, também incluído em *Rimas* (1911), sua única obra. Aníbal Teófilo de Ladislau y Silva de Figueiredo de Girón de Torres y

1 O artigo se encontra disponível na internet no seguinte endereço: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2015/06/17/noticiasjornalvidaearte,3454972/cem-anos-de--um-crime.shtml> Acessado em 03/11/2018, às 10h. Cf. AZEVEDO, Sânzio. "Cem anos de um crime". In O Povo online - Jornal de Hoje, em 17/06/2015.<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2015/06/17/noticiasjornalvidaearte,3454972/cem-anos-de-um-crime.shtml> Acessado em 03/11/2018, às 10h.

Espinosa era natural de Fortaleza de Humaitá, Paraguai, tendo nascido na época em que seu pai estava em campanha, e foi aluno da Escola Militar do Ceará.

Conta-se que Aníbal Teófilo tornou-se inimigo de Gilberto Amado por causa de uma crítica do intelectual sergipano a um livro de Coelho Neto, e passou a hostilizá-lo onde quer que o encontrasse: "Tipo atlético e dado a lutas, era temido por Gilberto, franzino e míope". Em *Presença na Política* (1960), Gilberto narra o episódio do seu ponto de vista: "Afigura-se incompreensível, e só explicável pela fatalidade, o erro de julgamento que levou o atleta, homem de alta estatura [...], a imaginar que eu, por ser deputado, pai de família, ansioso de subir, me deixasse lanhar a cara de bofetadas [...] e ter as orelhas puxadas, como ameaçou fazer no primeiro encontro em que me estarreceu.[...] Noites sem dormir!".[2]

Segundo o testemunho de várias pessoas, Gilberto, que estava acompanhado de sua esposa, ia se retirar, mas seu amigo Paulo Hasslocher queria que ele reagisse. Não havendo reação, esse amigo engalfinhou-se com Aníbal. Gilberto, vendo os dois lutando, atirou no poeta pelas costas. O autor do texto considera inadmissível que o intelectual sergipano, depois de assassinar covardemente o seu desafeto, tente desqualificar Aníbal para a posteridade, ao dizer que o defunto "não escrevia nos jornais, nem trabalhava em redação, não militava propriamente nas letras". O poeta, à época, era secretário do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. "Nas muitas cópias de jornais de 1915 que me enviou o pesquisador Jorge Brito, de Brasília, há inúmeros poemas de Aníbal Teófilo, poeta consagrado na época" [3]. O julgamento do caso foi presidido pelo juiz Manuel da Costa Ribeiro, que também julgou Dilermando de Assis, que matara Euclides da Cunha. Gilberto foi absolvido na justiça, mas não pela opinião pública, pelo menos enquanto durou a memória do acontecido.

De qualquer forma, em 1934 ele deu início ao que foi, desde então, a sua atividade permanente: a diplomacia. Foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1934), em substituição ao célebre jurista Clóvis Beviláqua, sendo também embaixador em Santiago (1936), Helsinque (1938-1939), Roma (1939-1942) e Berna (1942-1943). Ao longo de sua carreira, desempenhou vários outros cargos diplomáticos, como o de representante brasileiro na VII Conferência Internacional Americana (Montevidéu, 1923), na Conferência Pan-americana de Buenos Aires (1935) e em várias sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral da ONU a partir de 1947. Em 1948 passou a ser membro da Comissão do Direito Internacional da ONU.

2 Apud AZEVEDO, Op. Cit.

3 Ibid.

Escrito em Paris (1952) e no Rio de Janeiro (1953), *História da minha infância* (1954) tem a sua gênese contada no último capítulo, "Adolescência", em meio a reflexões do autor quanto à sua produção ensaística, com romances, memórias e poesias, nos intervalos de sua atribulada carreira de jornalista, político e diplomata. Segundo o narrador/autor, a passagem da infância à adolescência representou uma perda sem ganhos, como se ele tivesse dobrado o Cabo da Boa Esperança sem ter encontrado a Índia. Um "mundo unânime, coordenado e sincrônico" foi substituído pelas "incertezas de um caos". Dominado então pela sensação de contraste com o meio em que se encontrava, sentiu-se no dever de fidelidade consigo mesmo: "este livro é antes de tudo minha história para mim... sou eu no meu próprio espelho", situação diametralmente oposta a uma vida que não lhe atraía, "a da política, da ação, a de um 'papel' a representar".[4]

Contudo, o cuidado estilístico com que a história de sua infância é narrada, numa linguagem fluente e entrecortada por períodos curtos e às vezes densamente poéticos, depõe contra qualquer ilusão de espontaneidade e fidelidade consigo mesmo, uma vez que o caráter literário de sua obra, assim como a seletividade de sua memória, aponta para uma recriação constante, por parte do escritor adulto, de cenas e episódios de sua infância. Um exemplo de sua preocupação com a linguagem pode ser ilustrado com uma breve digressão lexicológica que o autor faz a propósito do nome de uma banda de música da cidade de Itaporanga, "Mão por baixo", expressão que era falada no ambiente familiar sem o menor constrangimento, correspondendo a uma realidade em que se suprimiam o sentido literal e o gesto que o traduzia.

A escola

O livro divide-se em duas partes: "Estância", composta de quatro capítulos – "Os Azevedos"; "Os Amados"; "Padre Aires, Francisquito e Mariazinha" e "A morte do velho Manuel Luís" –, e "Itaporanga", de dezessete capítulos – "Nova cicatriz e milagre"; "O mar"; "O Vaza-Barris"; "A Escola de Sá Limpa"; "O sítio"; "Mês de Maria"; "Natal"; "O Engenho São Carlos"; "A loja"; "A cavalo e de trem"; "Meu avô José Amado"; "O teatro"; "A bica"; "A Santa Missão"; "O colégio"; "Fim da infância" e o já referido "Adolescência". A história, por sua vez, se passa em Estância, Itaporanga e Aracaju, a partir do capítulo XV da segunda parte, "O colégio", o que não impede o narrador de fazer alusões a outros períodos de sua vida adolescente ou adulta, bem como às circunstâncias sob as quais escreveu o livro, como se vê no capítulo XVII da segunda parte ("Adolescência").

4 AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora da UFS / Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 203.

O primeiro contato com a educação, segundo o autor, se dá no ambiente familiar. Antes de narrar o seu poético encontro com o Rio Vaza-Barris, em Itaporanga, Amado relembra os momentos em que sua mãe, sentada a coser, retinha-lhe ao seu lado, de livro na mão, explicando a pronúncia correta da palavra "estômago", que o jovem aprendiz insistia em pronunciar "estomágo". Tal passagem fornece o mote para o narrador fazer mais uma de suas digressões linguísticas, observando que a criança, assim como o povo, repele os proparoxítonos.[5]

Mas o seu primeiro contato com a escola foi com a professora Dona Olímpia, "Sá Limpa para toda Itaporanga", na sala atijolada com três bancos encostados às paredes. A professora é descrita fisicamente como uma "hidrópica, um baú", de faces como "chagas" e dentes separados uns dos outros, por onde passavam o *Tesouro de Leitura*, a *Gramática* do Dr. Abílio[6], as quatro operações da aritmética e o bafo do cachimbo de cano comprido: "Sá Limpa entrava no domínio dos seres fantásticos que me povoavam a imaginação infantil, como uma das visagens que me crepusculavam nos olhos na primeira sonolência noturna".[7]

Aqui, a representação da escola em *História da minha infância* alinha-se a uma tradição da literatura brasileira do século XIX. Em narrativas como *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), "Conto de Escola" (1896), de Machado de Assis (1839-1908), e *O Atheneu* (1888), de Raul Pompéia (1863-1895), o que se nota é o desgosto dos meninos, todos com mais ou menos dez anos de idade, com relação à escola, lugar de perda de suas liberdades e brincadeiras, do que havia de mais precioso em suas existências. Nessas três representações, a escola aparece como uma prisão, um lugar de coação e repressão pelo qual teriam de sacrificar suas vidas. Ademais, é visível nos três exemplos o aspecto precário das escolas, isto é, das casas dos professores e professoras de primeiras letras.[8]

A situação não é muito diversa na narrativa de Gilberto Amado aqui em tela. Suas aproximações intertextuais justificam-se inclusive pela sua

5 AMADO, Op. Cit., p. 50.

6 Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas (1824-1891), foi Diretor da Instrução Pública na Província da Bahia em 1856, fundando no ano seguinte o Ginásio Baiano, estabelecimento que propunha "métodos renovados para o estudo das línguas vivas", além da supressão dos castigos corporais. Anos depois, fundou na Corte o Colégio Abílio, onde estudou o romancista Raul Pompéia. Ao que parece, a personagem do Dr. Aristarco Argolo de Ramos, diretor do estabelecimento que dá nome ao seu romance – O atheneu –, foi inspirada na figura de Macaúbas. Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP / Grijalbo, 1972, p. 176.

7 AMADO, Op. Cit., p. 57.

8 Cf. ALMEIDA, Manuel Antônio de. Memórias de um sargento de milícias. 21. ed. São Paulo: Ática, 1993; ASSIS, Machado de. Contos. 26. ed. São Paulo: Ática, 2000; e POMPÉIA, Raul. O Atheneu. São Paulo: FTD, 1991.

proximidade cronológica com relação àquelas obras e seus autores, à época de sua infância, em fins do século XIX. Ao referir-se à idade dos meninos que frequentavam a escola, Amado dá uma média entre seis e dez anos, havendo também marmanjos de quinze e até um de dezoito anos, "moleques de engenho mandados tarde à escola".[9]

Como o barbeiro e seu afilhado Leonardo, em *Memórias de um Sargento de Milícias*, que tinham ido à escola na hora da tabuada cantada, "uma espécie de ladainha de números que se usava então nos colégios", a qual se praticava todos os sábados, o garoto Gilberto, como os outros meninos, decorava a tabuada cantando: "dois mais dois, quatro! Três *veis* seis, dezoito!".[10]

Quanto aos castigos, bem visíveis em "Conto de escola", no qual Pilar, o narrador, ao terminar sua atividade, sente-se arrependido de ter ido à escola, principalmente ao olhar pela janela – sobre cujo portal a palmatória estava pendurada "com seus cinco olhos do diabo" –, pela qual podia ver no céu azul, por cima do morro, um papagaio de papel[11], a *História da minha infância* traz elementos semelhantes. Como Sá Limpa, a professora do garoto Gilberto que dizia não gostar de dar bolos para punir os meninos, ocupando-se do cargo sua "irmã de olhos arroxeados". A molecada aproveitava as ocasiões para apostar, sendo a aposta paga em cocada, "em alcamonia de D. Quitéria, ou em "capuco famanão"[12]. Era o caso de João Alfredo, irmão de João Peixoto, cuja oficina funcionava ao lado da escola. Ele apostava com os outros garotos de que aguentaria uma dúzia de bolos de João Peixoto sem chorar.[13]

O narrador faz questão de frisar que, no seu caso, seu pai havia combinado com Sá Limpa que ele não levaria bolos. Os que levavam, porém, utilizavam-se de artimanhas para diminuir a dor do castigo. Uma delas era socar piolho dentro do buraquinho que eles furavam na palmatória, o que teria o efeito de lascá-la. O garoto Amado havia assistido várias vezes a tal operação, antes de a professora entrar na aula, mas quando saiu da escola a palmatória continuava lá, intacta.

O aspecto precário e anti-higiênico da escola, também evidente em outras representações literárias, é descrito com detalhes por Gilberto Amado. Nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, a sala de aula era mo-

9 AMADO, Op. Cit., p. 58.

10 Ibid.

11 ASSIS, Op. Cit.

12 Conforme a definição do autor, "capuco é a espiga de milho depois de tirados os caroços. Os meninos iam buscá-los nos quintais, no monturo, no chiqueiro, arrancando-os dos dentes e da lama dos porcos. A briga de capucos era como jogar pião, empinar papagaio, botar sal e pimenta em cima de sapo, dos maiores divertimentos da criançada" (AMADO, Op. Cit., p. 59-60).

13 Ibid.

biliada por quatro ou cinco bancos de pinho sujos já pelo uso, e no teto havia pendurada uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos e feitios. N'*O Atheneu* os bancos, "lustrosos do contato da malandragem de não sei quantas gerações de pequenos", eram carcomidos, de pinho e usados. No "Conto de escola", a escola era "um sobradinho de grade de pau", algo que se harmonizava com o aspecto modesto e quase humilde da indumentária do mestre, com seu "andar manso". Em *História da minha infância*, por sua vez, alguns meninos iam para a escola com sezões, tendo acesso durante a aula, que também era povoada por banguelas, zarolhos e tátaros, sem falar nos garotos com umbigos grandes, perebas e até "doença feia". Quando precisavam satisfazer suas necessidades, apanhavam na mesa uma pedra e iam "lá fora":

> "Lá fora" era nas coiranas, numa aberta de terra frouxa, ensopada de lama, ao lado de um rego. Só um ou outro menino usava sapatos; a maioria, de tamancos ou descalça. Era um trabalho quando se ia lá fora para não enlamear os pés nos excrementos que, em todas as modalidades e formas que podem assumir, da pirâmide da saúde perfeita até o lagamar da opilação, da disenteria e da ameba, por ali se.[14]

O narrador ainda se refere às recitações em voz alta, pela professora, do *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, livro de leitura dos adiantados, e ao hino da escola, com o qual as aulas começavam. Há também uma comparação entre as figuras da professora particular e a professora pública. É no capítulo sobre o "Mês de Maria", em Itaporanga, que o nome de Maria Cândida, professora pública que acompanhava as meninas, todas de branco, em procissão, aparece. Solteira, magra e "sempre de enxaqueca com rubores súbitos", Maria Cândida, segundo o narrador, não é tão ilustrada quanto Sá Limpa, professora pública que "puxava" pelos meninos.

Aqui aparece também outra representação, do autor e do senso comum de sua época, a respeito da educação feminina: "Mulher não precisa saber". Com a sua irmã Laiá, ocorreu diferente, pois ela havia tido aula com uma professora de São Cristóvão, "grandalhona, muito recomendada". Quando esta abriu aula na praça do Mercado, as meninas das melhores famílias da cidade deixaram a escola pública para se matricular na sua. Sua má preparação, porém, fora logo descoberta quando, ensaiando as meninas para um recital, pronunciou "albátros", em vez de "albatrós", no poema "Navio Negreiro", de Castro Alves, algo notado e criticado por Baltasar Góis, literato e professor de liceu em Aracaju, que estava em Itaporanga por essa época. O fim da professora foi voltar

14 Op. Cit., p. 63.

para São Cristóvão, "onde talvez não fizessem questão da pronúncia do nome da ave".[15]

Convém observar que a estrutura da escola narrada em *História da minha infância*, que se situa entre o final do século XIX e início do século XX, é a mesma que foi estabelecida em 1827. Com efeito, a Lei de 15 de outubro daquele ano, mandou criar "Escolas de Primeiras Letras" em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Esta Lei, que foi a única de âmbito nacional a tratar especialmente do ensino das Primeiras Letras, no Brasil, durante todo o Império e parte da República, regulamentou, além das matérias e do método de ensino, a profissão docente, estabelecendo as condições necessárias, o modo de admissão, remuneração e um plano de carreira que serviriam como modelo para o provimento de outras Cadeiras, tais como as de Latim e Línguas Vivas.[16]

O Colégio

No capítulo XV, "O Colégio", o que se sobressai são as impressões do narrador a respeito de Aracaju, onde, antes de entrar no colégio, já havia passado tempos na casa de seu padrinho. Em Aracaju, ele havia encontrado o "espécimen" com que iria se haver no decurso de toda sua existência: "o inimigo gratuito", traduzido na figura de Irineu Calazãs, "sujeito ruim!", a esbanjar sua bazófia e antipatia inclusive para crianças como o narrador.[17]

Foi nesse território estranho, longe dos seus, que Gilberto Amado entrou no colégio do professor Oliveira, de cuja filha Irineu Calazãs, para seu azar, era noivo. Semelhante à reação de Sérgio, protagonista de *O Atheneu*, que findou por "encontrar o mundo", tal como havia dito seu pai, à porta do estabelecimento, no seu primeiro dia de aula, o narrador de *História da minha infância* encontrou-se, no colégio, "face a face com uma realidade diferente". O Colégio Oliveira, único internato do estado, é descrito como uma casa chata cheia de janelas, junto do quartel, numa esquina no fim da Rua da Frente, onde, sob a sombra de um tamarineiro e de uma barriguda, "alunos externos e internos fervilhavam soltos com as moscas e mosquitos, em torno dos vendedores de frutas e dos tabuleiros de doces".[18]

O diretor, Oliveira, conservava uma marca eclesiástica e usava camisa de peito duro sem gravata. O narrador o considera um homem fraco,

15 Op. Cit., p. 75.

16 BRASIL. Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

17 AMADO, Op. Cit., p. 159-160.

18 Op. Cit., p. 162.

chorão e mandado pela mulher e pelas filhas, não se interessando pela educação e instrução dos seus alunos a sério. Ensinava português, francês, geografia, aritmética e latim, apesar de ninguém estudar latim, uma vez que não havia livros. Amado tomava lições particulares de inglês com Alfredo Montes[19] e de matemáticas com Teixeira de Faria, o que lhe haveria servido no curso da Faculdade de Medicina da Bahia.

Quanto ao colégio da narrativa de Gilberto Amado, ele tinha, ainda, por lei, a estrutura do Colégio de Pedro II, que teve seu nome temporariamente alterado para Ginásio Nacional durante a Primeira República. O estabelecimento que se tornou modelo para todas as instituições de instrução secundária do país foi fundado pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, que converteu o Seminário de S. Joaquim do Rio de Janeiro em "collegio de instrucção secundaria". Para Gasparello[20], o legislador oitocentista parecia fazer uma opção por este termo específico, em contraposição a Liceu ou Ateneu, pois no ano anterior o ministro do Império, em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa, propunha a criação de um "Liceu" na corte, onde fossem "reunidas as Escolas, e fixados os Compendios, assim como a disciplina economica, e tudo debaixo das vistas de hum Director", no intuito de preparar a mocidade para as "Escolas Maiores".

Segundo Gasparello[21], o Governo teria optado pelo termo "Colégio" porque "Liceu", conforme o Diccionario da lingua portugueza de Antonio Moraes e Silva, cuja primeira edição é de 1789, tinha o sentido de "aula de ensino científico", o que associava o estabelecimento a uma concepção moderna e republicana, diferentemente de "Colégio", que designava uma cultura clássica e "desinteressada". Tal distinção, no entanto, não se aplica ao caso brasileiro, se considerarmos as aulas de "ensino científico" dos colégios militares criados durantes os períodos pombalino e joanino, cujo modelo era o Colégio Real dos Nobres de Lisboa e a *École Militaire de Paris*. Por outro lado, a autora tem razão ao caracterizar os Colégios como estabelecimentos de instrução e educação, no sentido de "formação moral", uma vez que sua clientela era composta de alunos meio-pensionistas ou internos, sob o rígido controle do reitor, professores e inspetores, ao contrário dos liceus ou externatos, nos quais os alunos permaneciam apenas durante o tempo das lições.

Com efeito, era isso que Bernardo Pereira de Vasconcelos queria dizer, em discurso pronunciado na inauguração do Imperial Colégio de Pedro II, quando afirmava que "a educação colegial é preferível à educação priva-

19 Cf. AMORIM, Simone Silveira. *A Trajetória de Alfredo Montes 1848-1906*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

20 Cf. GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades*: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004, p. 49-50.

21 Op. Cit, p. 50-52.

da", cujos "especuladores astutos" enganavam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis de "rápidos progressos na educação de seus filhos"[22]. O modelo do novo estabelecimento, como o próprio Vasconcelos admitia, era francês, fato que lhe serviu até de defesa, em sessão de 19 de maio de 1838, na Câmara dos Deputados, perante as acusações de Manuel do Nascimento de que o seu discurso havia sido "fradesco", no que o ministro argumentava que o regulamento francês, tendo sido concebido ou restaurado por Napoleão Bonaparte, tinha como objetivo criar Militares, e não Frades. Em 1846, quando os deputados brasileiros voltaram a discutir a respeito da necessidade da criação de um Liceu Nacional, separado do Colégio de Pedro II e destinado aos alunos externos, a origem francesa do novo estabelecimento voltou a ser referida no discurso de D. Manoel de Assis Mascarenhas, representante da província de Goiás, em sessão de 28 de julho daquele ano.[23]

Os preparatórios

Ao fim das aventuras e peripécias de sua vida estudantil no internato, onde tinha até chamado o diretor de covarde, depois de uma confusão em que tinha se metido, o narrador vai para a Bahia a passeio e volta depois de um ano para fazer os exames de preparatórios no Atheneu: português, francês, aritmética e álgebra, geografia, inglês, física e química e história natural. O examinador de português era Brício Cardoso, "o velho Brício, pai de Graco Cardoso", sobre quem é narrado um episódio bastante esclarecedor a respeito das práticas dos preparatórios em Sergipe.

Sorrindo para o narrador "como um bom avô", o velho professor, ao invés de fazer-lhe uma pergunta, pediu-lhe para que lesse e analisasse gramatical e logicamente uma oitava de Camões. Ao ler outra oitava – "*De Fomião filósofo elegante / Vereis como Aníbal escarnecia*..." –, o examinando pronunciou errado o nome de "Aníbal", trocando o acento da palavra por "Anibál". O professor de geografia, que estava ao lado do velho Brício, na ocasião, coçou-se e pediu para que ele o pronunciasse de novo. Com a reincidência do erro, Brício Cardoso disse: "Ele sabe... Está certo. Trata-se de liberdade poética, aí... tem que acentuar a sílaba".[24]

No corredor, Brício Cardoso, amigo de seu pai, passou-lhe a mão na cabeça e perguntou: "Você já está fazendo versos e estudou metrifica-

22 Apud HAIDAR, Op. Cit, p. 99.

23 BRASIL. *Annaes do Parlamento Brazileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da sexta legislatura. Sessão de 1846. Tomo Primeiro. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, p. 342-343.

24 AMADO, Op. Cit., p. 169.

ção?", ao que o narrador respondeu que não, tendo acertado o acento na sorte. Qualquer que seja a interpretação dessa atitude do professor, pode-se perceber por esse episódio que, nos preparatórios, como notou Haidar (1972), a troca de favores e as relações político-familiares contavam muito:

> Os estudantes passavam diante dos examinadores aglomerados, chocando-se uns aos outros como gado saindo em redemoinho da porta do curral. Havia exames que consistiam num mexer de cabeça do professor. "Passe..." E outro cascabulho sucedia atropelando o que passava.[25]

Os Exames Gerais de Preparatórios foram instituídos pelo Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, assinado pelo Ministro Couto Ferraz, que no seu artigo 112 determinou que os discípulos das aulas e estabelecimentos particulares de instrução secundária fossem admitidos todos os anos, no mês de novembro, a exames públicos por escrito das matérias requeridas como preparatórios para a admissão nos cursos de estudos superiores.

Uma série de medidas foram tomadas durante o Império para efetivar as reformas nas Faculdades e nas Províncias. Em 19 de novembro de 1886, por exemplo, pela Decisão n. 121, foram restabelecidos os Exames de Preparatórios em Sergipe e no Rio Grande do Norte, na esperança, segundo o legislador, de que o Decreto n. 9.647, de 2 de outubro do mesmo ano, fosse cumprido[26]. No ano seguinte, o ministro do Império Barão de Mamoré enumerava suas medidas, fazendo ver que o governo procurava moralizar tais Exames, encarregando do serviço o pessoal docente do Colégio de Pedro II e dos Liceus Provinciais e determinando que houvesse somente uma época para sua realização. Antes de fornecer os dados estatísticos dos Exames da Corte e de cada Província, clamando para que as Mesas fossem remuneradas pelo Estado, o ministro criticava severamente os Programas de Pontos de Exame, defendendo a ideia de que fossem adotados os do Colégio de Pedro II.[27]

Os Exames Gerais de Preparatórios, mesmo no início da República, continuaram a ser motivo de constante preocupação entre aqueles que eram obrigados a lidar com a questão. É o que nos mostra o relatório de 1891, assinado pelo ministro João Barbalho Uchôa Cavalcanti, substitu-

25 Op. Cit., p. 193.

26 BRASIL. *Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1886*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

27 BRASIL. *Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1887*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 39.

to de Benjamin Constant na pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criticando os pais que, levados pela vaidade de verem seus filhos ainda imberbes já portadores de diploma "de sciencias que ignoravam", contribuíam para um falso estado de coisas, entregando-os a professores, que, "sem consciencia", anunciavam nos jornais que podiam prepará-los dentro de dois ou três meses.[28]

Para remediar tais males, Benjamin Constant havia expedido, em 11 de outubro daquele mesmo ano de 1890, Instruções pelas quais deveriam regular-se os Exames Gerais de Preparatórios da Capital Federal e nos Estados, bem como os Exames Finais do Instituto Nacional de Instrução Secundária – nome que teve o Imperial Colégio antes de se chamar Ginásio Nacional. Conforme o artigo terceiro, as provas seriam escritas e orais para todas as matérias e prática para os Exames de Física, Química e História Natural. As de Francês, Inglês e Alemão, de acordo com o artigo quinto, constariam de versão de um pequeno trecho português "em prosa corrente" e tradução de um trecho poético tirado à sorte, "nunca menor de 20 linhas". As orais consistiriam em leitura, tradução sem auxílio de dicionário e análise de um "trecho facil de prosador".[29]

Como uma lei havia reduzido para seis o número de preparatórios necessários para o curso de Farmácia, o narrador foi para a Bahia matricular-se na Faculdade de Medicina. Na república, os rapazes arranjaram facilmente a sua matrícula, aumentando-lhe a idade, e, para suprir a deficiência da mesada, começou a dar lições de preparatórios, e mesmo do curso, para outros colegas. Sua experiência na Bahia o fez ver que os estudantes de Medicina tinham todos os direitos, valendo-se do seu prestígio social e político-familiar. Presenciou cenas de desaforo e estripulias de estudantes que desafiavam caixeiros, comerciantes e até a polícia e a cavalaria. Mesmo assim, o narrador considera a Faculdade de Medicina da Bahia uma instituição séria.

A faculdade

Os dois anos que Gilberto Amado passa na Bahia são tidos como fundamentais em sua formação, pois, ao lado da disciplina e da pesquisa científica, conheceu também as "francesas" e a boêmia estudantil, apesar de sua pouca idade em relação a seus companheiros de república. Antes de iniciar o curso de Direito na Faculdade de Recife, o narrador volta a Itaporanga,

28 BRASIL. *Relatorio ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil* pelo Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 17.

29 BRASIL. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

onde era tratado com o respeito de doutor com seus quatorze anos de idade, "a quem uma legislação absurda permitia a aquisição de um título científico, implicador de habilitações técnicas e responsabilidade profissional.[30]

A valorização dos cursos jurídicos e a consequente mistificação do bacharel e da cultura bacharelesca, com efeito, encontrava firmes raízes na classe senhorial do Império, deixando seus desdobramentos nas famílias abastadas da primeira república, cujos filhos tinham acesso aos cursos superiores. Tal classe senhorial se expandia e fortificava por meio de poderosos laços criados pelos casamentos entre famílias proprietárias, rompendo limites provinciais, na medida em que se transformava num único bloco por onde se espalhavam os cafezais fluminenses, paulistas, mineiros, bem como das províncias e depois estados do Norte. Contudo, ela atraía para sua órbita jovens oriundos de famílias não-proprietárias, em sua maioria, bacharéis em direito, que, tendo uma porta de entrada nas dinastias cafeeiras – ou açucareiras, no caso do Norte do país –, obtinham, por uma eficaz política de casamentos, ingresso na alta burocracia e no parlamento, tornando-se seus representantes políticos.

Assim, os bacharéis e doutores constituíam uma nova nobreza no Brasil, bem mais valorizada que a dos negociantes e industriais, como mostra sua rápida ascensão no meio político e social durante o reinado de D. Pedro II, principalmente durante as décadas de trinta e quarenta, posteriores à fundação dos Cursos de Olinda e São Paulo, quando floresceu o que Gilberto Freyre chamou de "romantismo jurídico", referindo-se aos poetas da segunda geração romântica, formada por estudantes de direito que, vindos de várias províncias, aprendiam naquelas Academias, além da doutrina jurídica, "as últimas ideias inglesas e as últimas modas francesas", como o paulista Álvares de Azevedo (1831-1852), também Bacharel em Letras pelo Colégio de Pedro II, o sergipano Tobias Barreto (1839-1889), o carioca Fagundes Varela (1841-1875) e o baiano Castro Alves (1847-1871). O ingresso de Gilberto Amado no direito parece ainda corresponder a esta estrutura, pois possibilitou e deu lastro a sua ascensão política no Rio de Janeiro.[31]

Algumas considerações

Esse breve esboço biográfico de Gilberto Amado, a partir de *História da minha infância*, teve a intenção de contribuir com a história da instrução pública no Brasil, de modo geral, e de Sergipe, em particular. A representação da escola, por Gilberto Amado apresentada, alinha-se a uma tradição da literatura brasileira do século XIX, em narrativas como

30 AMADO, Op. Cit., p. 188.

31 Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 3. v., 1951.

Memórias de um Sargento de Milícias (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), "Conto de Escola" (1896), de Machado de Assis (1839-1908), e *O Atheneu* (1888), de Raul Pompéia (1863-1895). O que se nota, em todas elas, é o desgosto dos meninos, todos com mais ou menos dez anos de idade, com relação à escola, lugar de perda de suas liberdades e brincadeiras. Nessas três representações literárias, a escola aparece como uma prisão, um lugar de coação e repressão pelo qual teriam de sacrificar suas vidas. É preciso enfatizar, aqui, que tais narrativas mapeiam a história de um tipo humano representado pelos homens, brancos, ou quase brancos, no caso de Machado, e testemunham, necessariamente, as condições culturais e materiais que marcaram seus períodos formativos. A situação não é muito diversa na narrativa de Gilberto Amado aqui em tela.

Da mesma forma, a representação do colégio na narrativa de Gilberto Amado, tinha, ainda, a estrutura do Colégio de Pedro II, que teve seu nome temporariamente alterado para Ginásio Nacional durante a Primeira República. Sua passagem por essa fase de escolarização corresponde à sua iniciação à vida adulta, que passa a ter aos 17 anos, como a maioria dos filhos de famílias abastadas da época, graças à permissividade da legislação e dos Exames de Preparatórios, que isentavam a maioria dos meninos de frequentar todos os anos correspondentes à instrução secundária, tal como era preconizada pelo Colégio Pedro II, que servia de modelo aos colégios das demais províncias e depois estados.

Fazem parte do seleto clube dos bacharéis, que já na faculdade tinham ares de donos do mundo, ainda mais quando eram filhos de políticos importantes, o que no Nordeste significa coronéis descentes da classe senhorial do Império, Gilberto Amado teve certa facilidade em seu trânsito pela metrópole. No Rio de Janeiro, à época Distrito Federal e capital cultural Gilberto Amado vivia em uma rede de relações político-familiares que o possibilitou ter uma carreira de ascensão política e intelectual, ocupando cargos importantes e obtendo títulos honoríficos significativos.

Mesmo depois do conturbado episódio do assassinato que cometeu, foi absolvido sem dificuldade e ascendeu em sua carreira diplomática, embora nunca tenha abandonado de todo o magistério, a leitura, o estudo e as publicações em jornais, além de poesias ocasionais. A serenidade que demonstra no cuidado com as frases de *História da minha infância* e na sutileza de observações, quando confrontada com o ritmo acelerado e conturbado de sua vida de jornalista, professor, político, escritor e diplomata, nos afigura como resultante de um excessivo trabalho não só formal ou estrutural, na arquitetura de sua escrita, mas também, e sobretudo, de um filtro de todas as sensações e sentimentos pelos quais teve que passar, algo que fazia com maestria, como comprova sua já consagrada produção de memórias, o que o coloca como um dos principais representantes do gênero na literatura brasileira.